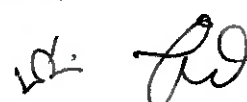


531ª Reunião do Conselho Estadual de Preservação do Patrimônio Cultural/CEPPC

No dia 27 de março de 2025, às 9h30, na Casa dos Conselhos, situada na Av. Oliveira Lima, 813, Soledade, Recife/PE, teve início a reunião do Conselho Estadual de Preservação do Patrimônio Cultural/CEPPC, de forma presencial, considerando ser a 531ª. Presentes à reunião ordinária, conforme lista de presença, os (as) seguintes Conselheiros (as) Titulares: **Ana de Fátima Braga Barbosa; Cláudio Brandão de Oliveira; Elinildo Marinho de Lima; Francisco Sidney Rocha de Oliveira; Harlan de Albuquerque Gadêlha Filho; Luiz Otávio de Melo Cavalcante; Maria Elizabeth Santiago de Oliveira.** Conselheiros (as) suplentes: **Cristiane Feitosa Cordeiro de Souza; Henrique Luiz de Lucena Moura; Juliana Santa Cruz Souza; Márcio Campos D'Oliveira; Mons. José Albérico Bezerra.** PAUTA: 01 - Leitura e aprovação das minutas 2025 do CEPPC; 02 - Pedido de tombamento das Trincheiras das Heroínas de Tejucupapo, Goiana/PE - (Conselheiro Harlan Gadelha); 03 - Apresentação da Rede de Museus de Pernambuco (REMUPE), suas diretrizes e seis propostas voltadas ao fortalecimento das políticas públicas para o setor museal em Pernambuco - (conselheiro Elinildo Marinho). **Ana Barbosa** iniciou a reunião de número 531 do Conselho Estadual de Preservação do Patrimônio Cultural. Informou que a pauta do dia incluía três itens e começou prestando contas sobre documentos represados, que aguardavam a formação da nova mesa diretora para serem expedidos. Ela explicou que os documentos diziam respeito à eleição da atual mesa, à formação dos grupos de trabalho cuja composição seria publicada no Diário Oficial, à homologação do registro do choro e das parteiras tradicionais, saberes que já haviam sido reconhecidos anteriormente pelo legislativo, e aos relatórios da relatoria sobre os recursos relacionados à festa de Vitória de Santo Antão e à agremiação Gigantes do Samba, cujos pedidos de registro haviam sido indeferidos. Ana informou que todos esses documentos seriam publicados ainda naquela semana. Comunicou também que dois ofícios, um para o Tribunal de Justiça, solicitando audiência, e outro para o Ministério Público haviam sido assinados e enviados no dia anterior, sendo que o MP já havia acusado o recebimento. Em seguida, relatou que a minuta da carta à Governadora, inicialmente com quatro itens validados em plenário, havia recebido mais duas contribuições propostas por Elinildo. Ana destacou que a versão final da carta dependeria de uma deliberação no encerramento da reunião, com a chegada de Elinildo. Mencionou ainda que o Conselho discutira o caso da Missa do Vaqueiro, com a presença de Marcelo Renan em reunião anterior, quando havia sido decidido que Marcelo prepararia o processo para encaminhamento à Secult. Ele havia cumprido a tarefa e o documento já se encontrava disponível para envio, formalizando o processo de acautelamento. Ana questionou se, a partir desse envio, o bem já passaria a integrar formalmente o sistema de proteção, uma vez que até então tinha apenas um título concedido pela Assembleia Legislativa. A conselheira Cristiane Feitosa esclareceu que o bem entraria no período de instrução e que iria confirmar a validade do processo. Ana concluiu essa parte da reunião dizendo que era apenas uma prestação de contas do que



531ª Reunião do Conselho Estadual de Preservação do Patrimônio Cultural/CEPPC

havia sido definido, e que, nos informes finais, haveria atualizações sobre a audiência pública da qual Elinildo participou, com presença da Secult e link de transmissão compartilhado por Igor. Por fim, Ana Barbosa passou ao segundo item da pauta: a apresentação do conselheiro Harlan Gadêlha sobre o pedido de tombamento das Trincheiras das Heroínas de Tejucupapo, em Goiana. Informou que, assim como em outra ocasião, Harlan faria a exposição, seguida de debate e deliberação. **Harlan Gadêlha** iniciou sua fala saudando a todos e todas, e explicou o pedido de tombamento das Trincheiras de Tejucupapo. Ressaltou que, segundo os historiadores que consultou, não se tratava de um simples esquecimento em relação a Goiana, mas de uma correção necessária. Destacou que outras batalhas históricas, como as de Tabocas e Guararapes, já haviam sido tombadas, enquanto a Batalha de Tejucupapo ainda não possuía esse reconhecimento. Informou que as trincheiras haviam sido restauradas na década de 1970 pelo professor Marcos de Albuquerque, durante o período em que Goiana estava sob intervenção federal. Acrescentou que há no local um monumento, um obelisco municipal, construído na década de 1930 pelo então prefeito Antônio Raposo. Por fim, mencionou que anexou ao processo um texto do historiador Dr. George Cabral, que defende a importância histórica do tombamento daquela localidade. Seguiu com a apresentação (**anexo**). **Luiz Otávio** saudou a todos e todas, iniciando sua fala com um cumprimento especial ao amigo Harlan Gadêlha, parabenizando-o pela iniciativa de tomar providências relativas à preservação de um patrimônio que classificou como pernambucano e, ao mesmo tempo, autenticamente brasileiro. Em seguida, sugeriu que, no contexto da discussão, o Conselho enviasse uma correspondência à direção da Usina São José. Propôs que o documento solicitasse à empresa que se acautelasse quanto ao avanço de suas atividades produtivas, considerado legítimo e desejável, mas que esse progresso ocorresse com o devido respeito ao Patrimônio Histórico do estado e do país. Concluiu afirmando que era isso o que gostaria de registrar. **Cristiane Feitosa** registrou uma pergunta ao conselheiro Harlan Gadêlha, retomando uma dúvida já levantada na semana anterior. Ela destacou que, no caso atual, o pedido estava sendo apresentado por meio do Instituto Histórico e questionou por que o próprio Instituto não havia protocolado diretamente a solicitação. Mencionou que, conforme a fala da secretária na abertura do processo, havia um prazo de 48 horas previsto em instrução normativa, o que a fez questionar o motivo da abertura ter sido feita pelo Conselho, em vez de seguir o trâmite normal, como ocorreu na semana anterior. **Harlan Gadêlha** respondeu que ambos os trâmites eram válidos e que o objetivo da abertura pelo Conselho era valorizar o próprio colegiado. Explicou que poderia, sim, ter encaminhado individualmente o pedido à Secult, permitindo que o Conselho só tomasse conhecimento após o retorno do processo pela Fundarpe. No entanto, optou por submeter o tema ao Conselho desde o início, reforçando a importância de sua participação ativa em um assunto que, segundo ele e o conselheiro Luiz Otávio, envolvia a história de Pernambuco e do Brasil. Aproveitou ainda para sugerir que o Conselho realizasse uma visita às trincheiras de Tejucupapo, argumentando que muitos conselheiros talvez não conhecessem o local e

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

531ª Reunião do Conselho Estadual de Preservação do Patrimônio Cultural/CEPPC

que essa vivência contribuiria para o reconhecimento do valor histórico da área. Por fim, informou que o Senado Federal havia acabado de aprovar um projeto da senadora Teresa Leitão, que incluía as quatro líderes do movimento das Heroínas de Tejucupapo no Panteão dos Heróis da Pátria. Harlan destacou que essa era mais uma razão para valorizar o trabalho do Conselho, reforçando que o objetivo era compartilhar e dividir com o grupo um reconhecimento nacional importante para a história de Tejucupapo. **Ana Barbosa** explicou que o pedido de tombamento das trincheiras das Heroínas de Tejucupapo, apresentado pelo conselheiro Harlan, poderia seguir dois caminhos, conforme já discutido pela conselheira Cristiane e adotado na semana anterior. Colocou a questão em votação, perguntando se o Conselho preferia assumir o encaminhamento do pedido. A proposta foi aprovada por maioria, com o Conselho decidindo acatar o pedido apresentado por Harlan Gadêlha e encaminhá-lo diretamente para análise e deliberação. Votaram a favor do pedido os conselheiros Cláudio, Márcio, Sidney, Luiz Otávio, Juliana, Henrique, Harlan, Cristiane e Elinildo. Ana informou que o item 3 da pauta tratava da apresentação da Rede de Museus de Pernambuco (**REMUPE**), incluindo suas diretrizes e seis propostas voltadas ao fortalecimento das políticas públicas para o setor museal no estado. Explicou que esse agendamento havia sido solicitado pelo conselheiro Elinildo, que faria a apresentação. Acrescentou que estavam presentes para essa atividade Fabiana Sales, Manuela Dias, Luciane Bacelar, Valquiria Porto e Rosélia Rocha, representantes da REMUPE. Após uma breve apresentação de **Fabiana Salles**, educadora e diretora substituta do Museu da Abolição, **Manuela Dias** trouxe algumas proposições e destacou os principais pontos abordados na reunião, organizando-os em quatro eixos temáticos: **Sobre a Preservação do Patrimônio Cultural**, relatou que foi enfatizada a necessidade de valorização e reconhecimento dos espaços de memória e museus, incluindo diversas tipologias, como os museus comunitários e pontos de memória. Ressaltou-se a importância da criação de um sistema estadual de museus para fortalecer o campo museológico e assegurar a continuidade das políticas públicas. Também foi discutida a urgência de uma legislação estadual específica para o setor, que garantisse a perenidade das ações e políticas, independentemente das mudanças de governo. **Em relação à valorização dos profissionais da área**, registrou-se a preocupação com a precarização do trabalho dos museólogos e a defesa da realização de concursos públicos e seleções simplificadas para a contratação desses profissionais nos museus administrados pela Fundarpe. Além disso, foi reconhecida a relevância dos arquivistas e a necessidade de sua valorização, sugerindo-se a criação de cursos de formação específicos. **Sobre a Educação Museal e Patrimonial**, foi apontada a necessidade de fortalecer o campo por meio da criação de um programa estadual de educação museal, com ações que aproximem a sociedade dos museus. **Manuela Dias** mencionou também a proposta de realização de um fórum estadual de museus em 2025, como forma de promover o diálogo entre os profissionais e contribuir na formulação de políticas públicas. Por fim, relatou a sugestão de utilizar a Semana Estadual de Preservação do Patrimônio como oportunidade para realização de

[Handwritten signatures and initials]

531ª Reunião do Conselho Estadual de Preservação do Patrimônio Cultural/CEPPC

seminários e debates sobre temas relevantes do setor museal. No eixo de fomento e **financiamento**, registrou-se a proposta de criação de uma linha específica de fomento para museus e pontos de memória no Funcultura, com o objetivo de garantir recursos dedicados ao setor. Destacou-se ainda a importância da Lei Aldir Blanc (PNAB) e a necessidade de defender os recursos que ela assegura para a cultura. **Elinildo Marinho** pediu a fala para registrar uma observação. Contou que se formou em 2022, após dez anos de graduação, e explicou que essa demora ocorreu, em grande parte, pela falta de oportunidades de trabalho no estado. Ressaltou que os museólogos, ao se formarem, não encontram espaço de atuação, especialmente na gestão pública, já que os museus geridos pela Fundarpe não possuem museólogos em seus quadros. Quando há, segundo ele, esses profissionais acabam exercendo outras funções. Elinildo considerou esse cenário preocupante, especialmente em um estado que celebrava os 95 anos do MAPE, enquanto a profissão de museólogo, regulamentada desde a Lei 7.287/84 e o Decreto 91.775/85, completava 40 anos. Lembrou que esses dispositivos legais preveem a presença obrigatória de museólogos nos museus, o que, segundo ele, não vem sendo cumprido nem pelo estado nem por algumas instituições municipais. Criticou o fato de a Fundarpe, recentemente, ter aberto uma seleção pública simplificada que não contemplava a contratação de museólogos, o que ele considerou uma oportunidade perdida de adequação à legislação. Elinildo enfatizou que os museus não podem continuar funcionando sem profissionais formados na área, comparando a situação à de outras profissões regulamentadas, como médicos, engenheiros ou professores. Relatou ainda uma fala de uma professora que o marcou: “os museus sempre existiram sem museólogo e continuam existindo sem museólogo”. Questionou, então, a finalidade da formação acadêmica, se o Estado não oferece campo de atuação. Finalizou afirmando que muitos colegas precisam migrar para o Sul, Sudeste ou até para outros estados do Nordeste para exercer a profissão, o que considerou lamentável. **Sidney Rocha** se solidarizou com os museólogos e lamentou a ausência de representantes da Secretaria de Cultura e da Fundarpe. Destacou a falta de arquivistas no Arquivo Público de Pernambuco, mesmo após 80 anos de existência, como exemplo da negligência do poder público com os profissionais da área. Defendeu a ampliação do debate sobre museus e arquivos e a criação de uma educação arquivística. **Harlan Gadêlha** parabenizou a REMUPE pela apresentação e destacou que o Instituto Histórico de Goiana, que preside, já previa a criação de museu e biblioteca desde 1870. Defendeu a inclusão dos institutos históricos na REMUPE e criticou a ausência do Estado nas áreas de museus, arquivos e bibliotecas. Disse que aprendeu sobre o conceito de “educação museal” na reunião e defendeu que o Conselho se posicionasse oficialmente em defesa dos museus de Pernambuco. **Rosélia Rocha**, representante da REMUPE e da Secult, agradeceu o convite e expressou felicidade por participar da reunião. Ressaltou que esteve envolvida na construção da Rede de Museus de Pernambuco desde a gestão de Maria Rosa e destacou a importância dessa articulação, especialmente durante a pandemia, quando os museus precisaram se reorganizar para reabrir com segurança e

[Handwritten signature]
[Handwritten signature]

[Handwritten signature]
[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

531ª Reunião do Conselho Estadual de Preservação do Patrimônio Cultural/CEPPC

igualdade. Contou que, com o tempo, a Rede passou a incluir outros profissionais e que as reuniões mensais eram realizadas em diferentes espaços museais, promovendo a troca de experiências. Ao falar como representante do Estado, Rosélia relembrou que, no início de 2023, a Secult se reuniu com a nova gestão estadual e com o setor museal para propor políticas públicas. Explicou que esse trabalho tem avançado, mesmo que lentamente, e destacou a criação do primeiro edital específico para o segmento museal com recursos da Lei Paulo Gustavo. Afirmou que esse edital contemplou tanto museus tradicionais quanto museus comunitários, reconhecendo suas especificidades. Apresentou dados de participação e informou que, com os resultados positivos, um novo edital foi lançado com valores ampliados e mais linhas de atuação. Rosélia também informou que a Secult tem buscado parcerias, como a firmada com o IBRAM, por meio do programa Reconexões, que resultou na assinatura de um termo de cooperação técnica. A partir disso, Pernambuco passou a caminhar para se tornar uma unidade registradora de museus, o que permitirá ao Estado emitir registros próprios. Destacou, ainda, ações em curso, como a formação técnica entre museus e poder público, e anunciou um seminário nacional sobre acervos e plataformas digitais, que ocorrerá nos dias 9 e 10 de abril, em parceria com o IBRAM e a UFPE. Sobre a criação do Sistema Estadual de Museus, relatou que esse debate é antigo e foi retomado desde sua entrada na secretaria, em 2021. Explicou que o processo está sendo articulado com o IBRAM, que está desenvolvendo os documentos técnicos necessários para dar suporte aos estados. Mencionou a construção da “Carta de Fortaleza”, que solicita apoio e atualização das diretrizes nacionais. Finalizou sua fala reafirmando o compromisso da Secult com o fortalecimento do campo museal, reconhecendo os desafios e colocando-se à disposição para continuar colaborando, tanto como agente pública quanto como integrante da REMUPE. **Sidney Rocha** parabenizou a Secretaria de Cultura pela articulação com os museus e manifestou solidariedade aos museólogos presentes. Em sua fala, destacou a importância de valorizar os trabalhadores da cultura, da educação e da história que atuavam no Arquivo Público e em outras casas da memória, muitas vezes assumindo funções arquivísticas mesmo sem formação específica, desempenhando-as com competência. Sidney ressaltou que, apesar da ausência de arquivistas no quadro oficial do Estado, essas instituições sobreviviam graças ao empenho desses profissionais. Observou que os museólogos ainda possuíam uma vantagem em relação aos arquivistas, pois havia formação específica para museologia em Pernambuco, enquanto para arquivologia não existia nenhum curso no estado. Informou que, diante dessa carência, estava em diálogo com a Universidade Federal de Pernambuco, por meio do reitor Alfredo Gomes, para viabilizar a criação de um curso de pós-graduação em arquivologia, com o objetivo de inserir esses profissionais no mercado. Finalizou registrando sua defesa pela valorização dos profissionais que atuam nos arquivos públicos estaduais. **Valquíria Porto**, da Superintendência dos Equipamentos Culturais da Fundarpe, afirmou que a criação da Superintendência foi um acerto da gestão, pois permitiu foco nas necessidades específicas dos equipamentos



531ª Reunião do Conselho Estadual de Preservação do Patrimônio Cultural/CEPPC

culturais. Explicou que, apesar da última seleção simplificada não ter incluído museólogos, a equipe está buscando alternativas para suprir essa demanda, como a criação de cargos comissionados e a definição de um organograma mínimo. Destacou que, embora esteja na gestão, é da área cultural e compreende a importância dessa mobilização, colocando-se à disposição para diálogo e ressaltando a parceria com a GETEC para fortalecer as ações nos museus. **Elinildo Marinho** destacou a importância da presença da gestão pública no diálogo com a sociedade civil, por meio da REMUPE. Ressaltou a preocupação com a falta de museólogos nos museus, o que impacta até a formação de novos profissionais. Valorizou os editais da PNAB e LPG, que possibilitaram o financiamento de projetos museológicos, e defendeu que essas experiências sejam incorporadas ao Funcultura, por ser uma política permanente, ao contrário de recursos federais que são instáveis. Sugeriu a realização, ainda este ano, do Fórum Setorial de Museus com articulação da Remupe, que reúne museus de todo o estado. Defendeu também a discussão do Programa de Educação Museal do Estado, ausente até o momento, e cobrou a implementação do Sistema Estadual de Museus, prometido desde 2014. Para Elinildo, sem esse sistema, a política pública para museus segue fragmentada e sem força estrutural para avançar. **Rosélia Rocha** relatou que, além das ações já mencionadas, destacou-se a importância das parcerias intersecretarias, como a que foi realizada com a Secretaria de Ciência, Tecnologia e Inovação (SECTI), por meio do programa Museus Digitais. Contou que acompanhou esse programa desde o início e se dispôs a contribuir, participando da curadoria de espaços museais vinculados ao estado e de espaços privados, como museus comunitários e espaços de memória. Explicou que, em 2023 e 2024, foram contemplados o Museu do Estado, o Museu de Arte Sacra e o Museu do Mamulengo de Glória do Goitá, todos com visitas virtuais em 360 graus já disponíveis. Ressaltou que essa parceria promoveu tanto museus estaduais quanto a cultura popular. Informou ainda que, para 2025, a equipe foi novamente acionada para realizar nova curadoria com indicação de outros espaços a serem contemplados. Rosélia ressaltou que essas ações são contínuas e visam alcançar também os museus comunitários e pontos de memória, promovendo políticas públicas mais amplas. Acrescentou ainda que a Secretaria tem incentivado a participação em eventos nacionais, como o Fórum Nacional de Museus (em 2023), e o Encontro Paulista de Museus (em 2025), encontros técnicos que discutem políticas públicas para o setor. Acreditou que essas trocas fortaleciam o setor museal em Pernambuco ao trazer experiências e profissionais de outros estados. **Ana Barbosa** comentou que, em sua percepção, o encontro foi um aprendizado importante pelas informações compartilhadas. Ressaltou o valor de levantar temas que partem de quem sente a realidade na prática, destacando a importância de ampliar o olhar para entender o que ocorre ao redor. Segundo ela, embora os processos no setor público sejam lentos, eles acontecem gradualmente, seguindo o princípio da melhoria contínua. Ela reconheceu que muito já vem sendo feito, mesmo que não seja o ideal, como mencionado por Manuela, e afirmou que esse movimento já representa um cenário positivo. Ana



531ª Reunião do Conselho Estadual de Preservação do Patrimônio Cultural/CEPPC

compartilhou também sua solidariedade aos profissionais que enfrentam incertezas após a formação, lembrando que essa é uma realidade de várias áreas, com um mercado competitivo e pouca absorção. Além disso, sugeriu maior atenção do COREM para acompanhar editais e concursos públicos, citando o exemplo de outros Conselhos profissionais que fazem acionamentos quando detectam irregularidades, como valores abaixo do piso. Por fim, propôs aproveitar a Semana Estadual de Preservação do Patrimônio como oportunidade para realizar um seminário ou roda de debates sobre temas importantes do setor museal. Segundo ela, isso permitiria tanto a coleta de informações quanto a disseminação do que já está sendo feito. Afirmou que, com articulação entre REMUPE, Secult, Fundarpe e universidades, o evento poderia ser uma semente para retomar futuramente o Fórum Setorial de Museus, mobilizando novamente os interessados no tema. **Harlan Gadêlha** defendeu a criação de uma legislação estadual para museus em Pernambuco, argumentando que, sem uma lei própria, o setor fica vulnerável às mudanças de governo. Sugeriu a formação de um grupo de trabalho para elaborar essa proposta e encaminhá-la à Governadora por meio do Conselho. Ressaltou que fóruns e conferências são importantes, mas que uma legislação garantiria continuidade e estabilidade às políticas públicas para o setor museal. **Elinildo Marinho** afirmou que considerava interessante a proposta de Ana, mas ressaltou que o ideal para o segmento de museus seria a realização do Fórum Setorial. Explicou que o fórum possui um escopo e uma especificidade diferentes da Semana Estadual do Patrimônio Cultural, pois tem um foco mais direto nas demandas do setor e está previsto no Plano Estadual de Cultura. Em resposta a Harlan, confirmou que a legislação estadual poderia ser encaminhada tanto por meio do fórum quanto por outras vias. Destacou que a implantação de um sistema estadual de museus poderia ser o mecanismo necessário para fortalecer e moralizar a política pública no setor. Ressaltou o esforço coletivo desde 2012 e mencionou as ações da GETEC, conduzidas por Rosélia, que buscaram retomar o diálogo com a rede museal. Enfatizou que a gestão pública nunca se afastou do diálogo com a rede, mantendo uma relação harmoniosa e respeitosa, e que essa proximidade é rara no Brasil. Reconheceu ainda a importância da parceria com o poder público – estadual e federal – para a realização das ações da rede. Por fim, como conselheiro do Conselho Regional de Museologia (COREM), explicou que o Conselho atua na fiscalização de editais e notificações, embora nem sempre obtenha resposta, e se colocou à disposição para intermediar conversas sobre precificação com o presidente do COREM, Paulo Rocha. **Elizabeth Santiago** (Mãe Beth) afirmou que o Museu do Coco de Umbigada sempre praticou museologia social, mesmo antes de conhecer o termo. Relatou que, há mais de 30 anos, realizavam sambadas com a comunidade, valorizando mestres e formando aprendizes. Em 2015, o museu foi reconhecido pelo IBRAM, o que reforçou a importância das políticas públicas para a valorização das tradições culturais, como o coco de roda e os maracatus. Ela destacou que, por muito tempo, a discussão sobre museus ficou restrita à intelectualidade, mas que, graças a iniciativas como os editais de museologia social e o apoio de pessoas como Elinildo, esse debate vem sendo

Manoel

AB

☆

H

9

A

12

7

531ª Reunião do Conselho Estadual de Preservação do Patrimônio Cultural/CEPPC

popularizado. Parabenizou a rede, a Secretaria e o Conselho por levarem essa discussão às bases da sociedade e por promoverem o reconhecimento de práticas culturais como parte da museologia social. Concluiu ressaltando a importância do fórum para dar visibilidade às expressões artísticas tradicionais do estado. **Ana Barbosa** agradeceu à REMUPE, à Secult e à Fundarpe pelas informações compartilhadas e destacou a importância da continuidade do diálogo com o setor de museus. Afirmou que o Conselho está aberto para apoiar propostas, como uma futura lei estadual, e que os grupos de trabalho já formados terão encontros regulares. Ressaltou que o debate iniciado era apenas o começo e que as ações mencionadas terão desdobramentos, inclusive, podendo se articular com a Semana do Patrimônio. Encerrou reafirmando o papel do Conselho como instância propositiva, deliberativa e normativa com base na lei. **Harlan Gadêlha**, durante os informes, convidou a todos, em nome do Instituto Arqueológico Histórico Pernambucano, para uma homenagem no dia 31, segunda-feira, às 16h, na Ponte da Torre — próxima ao Museu do Estado, entre a Rua Amélia e a Conde de Irajá. Explicou que o ato seria em memória de Cândido Pinto, estudante de engenharia baleado em 1969 pela ditadura militar, o que o deixou tetraplégico e dependente até seu falecimento, em 2022. Ressaltou que o atentado foi cometido pelo mesmo grupo que assassinou o Padre Henrique. Destacou a importância da memória histórica, afirmando que o país precisa se lembrar do passado para defender o presente e construir o futuro, finalizando com a mensagem: "Ditadura nunca mais". **Elinildo Marinho** propôs duas questões durante sua fala. Primeiro, registrou seus agradecimentos a Amanda e à equipe dela pelo apoio durante sua ida a Serrita. Disse que compartilharia suas impressões sobre a viagem na próxima reunião. Em seguida, sugeriu que, aproveitando o tempo restante, o grupo deliberasse sobre duas propostas anteriormente abandonadas. Explicou que socializou os textos no grupo e destacou as contribuições da conselheira Cristiane, cujas observações e ajustes considerou pertinentes, sem comprometer o espírito das propostas. Afirmou já ter conversado com Mãe Beth, que também concordou com os ajustes, e sugeriu que os textos revisados fossem apresentados e deliberados na reunião. **Elizabeth Santiago** (Mãe Beth) informou que, conforme havia sugerido na reunião anterior, fez o convite à Dra. Bernadete Figueroa, do Ministério Público, e à Dra. Vera Baroni para participarem da próxima reunião, marcada para a quinta-feira seguinte. Destacou que ambas possuem trajetórias marcantes de militância, especialmente em questões ligadas às religiões de matriz africana e ao acolhimento de denúncias há décadas. Ressaltou que a presença delas enriqueceria o diálogo, especialmente no que diz respeito à escuta e ao acolhimento. Mencionou que a Dra. Bernadete, atualmente envolvida com pautas da educação, recebeu denúncias sobre práticas de proselitismo nos intervalos escolares, sobretudo em instituições públicas, e afirmou acreditar que o debate seria muito importante. **Sidney Rocha** informou que o Ministério Público, por meio do Procurador Sérgio Souto Gadêlha, esteve no Arquivo Público na semana em questão. Ressaltou que a atuação do Ministério tem sido muito útil no processo de recuperação do Arquivo,

Mãe Beth

SP

✱

H 9

✱

22

8

531ª Reunião do Conselho Estadual de Preservação do Patrimônio Cultural/CEPPC

especialmente nesse momento de mudança de local. Mencionou ainda que, no dia anterior, foi publicada uma nota importante do procurador, contribuindo para a condução dos trabalhos. Aproveitou para convidar o Conselho a comparecer, no dia 1º de abril, às 18h30, na Assembleia Legislativa, à homenagem à militante histórica Amparo Araújo, fundadora da ONG Tortura Nunca Mais. Destacou a relevância do reconhecimento público a ela, especialmente após recentes descobertas de novas covas em Perus, nas quais o irmão de Amparo pode estar entre os mortos e desaparecidos políticos. **Ana Barbosa** registrou que foi definida a pauta da próxima reunião, marcada para o dia 3 de abril. Informou que os temas incluídos serão o programa de Educação Patrimonial, as informações sobre a audiência pública da Missa do Vaqueiro e o diálogo com o Ministério Público sobre o acolhimento de denúncias de proselitismo no ensino nas escolas públicas. Relatou ainda que, após a releitura pelos conselheiros e conselheiras, foi aprovada a carta com propostas direcionadas à Governadora. Entre as propostas, destacou-se a implementação de uma política pública de combate ao racismo religioso em programas de rádio e TV, além da erradicação de práticas que incentivem o proselitismo religioso nas escolas da rede pública de Pernambuco. **Elizabeth Santiago** (Mãe Beth) afirmou que a discussão sobre a PNAB era essencial para toda a cadeia produtiva da cultura brasileira. Relatou que participou da articulação da lei no Congresso, ao lado de parlamentares como Jandira Feghali e Benedita da Silva, enfrentando resistência para garantir sua validade por cinco anos. Destacou que a PNAB mudou o cenário cultural do país, fortalecendo iniciativas como o Cultura Viva e promovendo a criação de conselhos municipais. Ela alertou sobre a tentativa da bancada conservadora de reduzir drasticamente os recursos da cultura, de R\$ 3 bilhões para R\$ 400 milhões, e defendeu que o Conselho Estadual também entrasse nesse debate, iniciando as discussões já na próxima reunião. **Amanda Carneiro**, em resposta à fala de Mãe Beth, afirmou que era de extrema importância que a pauta da PNAB fosse trazida para o Conselho, pois também seria encaminhada ao Conselho de Política Cultural e ao Conselho do Audiovisual. Informou que Ana Paula, a secretária Cacau e Renata Borba estavam em Brasília, participando do Fórum dos Dirigentes, onde dialogariam com deputados, inclusive da bancada que atuava para evitar cortes no setor cultural. Amanda destacou que o Ministério da Cultura (MINC) havia assegurado que os estados que realizaram a prestação de contas, entre eles, Pernambuco, receberiam os recursos, sendo o estado um dos quatro que cumpriram essa exigência, ficando apenas atrás do primeiro colocado por um detalhe. Ela informou ainda que as representantes trariam devolutivas atualizadas, que seriam usadas para compor um balanço a ser apresentado pela Secult aos conselhos. Sugeriu, então, que a pauta fosse incluída na reunião do dia 10, diante de sua relevância para toda a cadeia cultural. Após sua fala, o Pleno aprovou a realização de uma reunião unificada dos três conselhos, Conselho Estadual de Preservação do Patrimônio Cultural, Conselho de Política Cultural e Conselho do Audiovisual, para o dia 11 de abril, com pauta única sobre a Lei Aldir Blanc (PNAB). **Ana Barbosa** lembrou que o Censo Cultural estava aberto, havia sido

M. Barbosa

[Signature]

[Signature]

[Signature]

[Signature] 9

531ª Reunião do Conselho Estadual de Preservação do Patrimônio Cultural/CEPPC

prorrogado, mas ainda precisava ser preenchido e amplamente divulgado. Ressaltou que era importante, sempre que possível, não apenas compartilhar, mas também estimular a participação das pessoas. Ela informou ainda que estava ocorrendo uma programação de capacitações do Funcultura nos municípios. Mencionou que uma das formações aconteceu em Olinda no dia 25 e que a próxima seria realizada em Goiana, no dia 28, terra do conselheiro Harlan. Destacou que as informações estavam disponíveis no perfil da Secretaria e sugeriu que todos ficassem atentos aos locais de interesse, reforçando a importância de divulgar e incentivar a participação da população nessas ações. Nada mais a tratar, deu por encerrada a reunião, **Ana de Fátima Braga Barbosa** e eu **Amanda Oliveira de Araújo Carneiro**, Secretária, lavrei a presente ata, que depois de achada conforme, será assinada por mim e pelos (as) demais presentes na reunião.

Amanda de Oliveira Araújo Carneiro (Secretária)

Ana de Fátima Braga Barbosa (Presidente)

Cláudio Brandão de Oliveira

Elinildo Marinho de Lima

Francisco Sidney Rocha de Oliveira

Harlan de Albuquerque Gadêlha Filho

Luiz Otávio de Melo Cavalcante

Maria Elizabeth Santiago de Oliveira

Cristiane Feitosa Cordeiro de Souza

Henrique Luiz de Lucena Moura



FUNDARPE
FUNDAÇÃO DO PATRIMÔNIO
HISTÓRICO E ARTÍSTICO DE
PERNAMBUCO

Secretaria
de Cultura



GOVERNO DE
PERNAMBUCO
ESTADO DE MUDANÇA

531ª Reunião do Conselho Estadual de Preservação do Patrimônio Cultural/CEPPC

Juliana Santa Cruz Souza

Márcio Campos D'Oliveira

Mons. José Albérico Bezerra
Mons. José Albérico Bezerra